



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000
CNPJ 01.607.627/0001-78

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, VISANDO GARANTIR A HIGIENE, CONFORTO E DIGNIDADE DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E PACIENTES ACAMADOS, conforme condições quantidade e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2. Das especificações dos itens:

ITEM	Descrição	Qtd	v. Unt	Total
1	FRALDA DESCARTÁVEL ADULTO, TAMANHO PEQUENO (P). Características: unissex, com formato anatômico, barreiras laterais antivazamento, elástico ao redor das pernas, 4 fitas adesivas (2 de cada lado) largas e reposicionáveis, camada interna com cobertura filtrante suave de não tecido, que se prolonga em toda a sua extensão. Camada absorvente macia, distribuída uniformemente e livre de empelotamento. Revestimento externo com toque suave e indicador de umidade. Especificações Mínimas e ou Máximas da Camada Filtrante: Comprimento Total: Mínimo de 50cm e Máximo de 60cm; Região Posterior: Largura mínima de 17cm e largura máxima de 30cm; Região Central: Largura mínima de 14cm e largura máxima de 20cm; Região Anterior: Largura mínima de 19cm e largura máxima de 25cm	2880	R\$ 2,68	R\$ 7.718,40
2	FRALDA DESCARTÁVEL ADULTO, TAMANHO MÉDIO (M). Características: unissex, com formato anatômico, barreiras laterais antivazamento, elástico ao redor das pernas, 4 fitas adesivas (2 de cada lado) largas e reposicionáveis, camada interna com cobertura filtrante suave de não tecido, que se prolonga em toda a sua extensão. Camada absorvente macia, distribuída uniformemente e livre de empelotamento. Revestimento externo com toque suave e indicador de umidade. Especificações Mínimas e ou Máximas da Camada Filtrante: Comprimento Total: Mínimo de 60cm e Máximo de 70cm; Região Posterior: Largura mínima de 25cm e largura máxima de 30cm; Região Central: Largura mínima de 15cm e largura máxima de 20cm; Região Anterior: Largura mínima de 20cm e largura máxima de 30cm	1800	R\$ 2,97	R\$ 5.346,00
3	FRALDA DESCARTÁVEL ADULTO, TAMANHO GRANDE (G). Características: unissex, com formato anatômico, barreiras laterais antivazamento, elástico ao redor das pernas, 4 fitas adesivas (2 de cada lado) largas e reposicionáveis, camada interna com cobertura filtrante suave de não tecido, que se prolonga em toda a sua extensão. Camada absorvente macia, distribuída uniformemente e livre de empelotamento. Revestimento externo com toque suave e indicador de umidade. Especificações Mínimas e ou Máximas da Camada Filtrante: Comprimento Total: Mínimo de 60cm e Máximo de 85cm; Região Posterior: Largura mínima de 28cm e largura máxima de 38cm; Região Central: Largura mínima de 15cm e largura máxima de 20cm; Região Anterior: Largura mínima de 22cm e largura máxima de 37cm	5620	R\$ 2,42	R\$ 13.600,40
4	FRALDA DESCARTÁVEL ADULTO, TAMANHO EXTRA GRANDE (GG, EG OU XG). Características: unissex, com formato anatômico, barreiras laterais antivazamento, elástico ao redor das pernas, 4 fitas adesivas (2 de cada lado) largas e reposicionáveis, camada interna com cobertura filtrante suave de não tecido, que se prolonga em toda a sua extensão. Camada absorvente macia, distribuída uniformemente e livre de empelotamento. Revestimento externo com toque suave e indicador de umidade. Especificações Mínimas e ou Máximas da Camada Filtrante: Comprimento Total: Mínimo de 62cm e Máximo de 85cm; Região Posterior: Largura mínima de 28cm e largura máxima de 38cm; Região Central: Largura mínima de 15cm e largura máxima de 20cm; Região Anterior: Largura mínima de 22cm e largura máxima de 37cm	10032	R\$ 4,99	R\$ 50.059,68

1.3. Os objetos desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, nos termos do **art. 105 da Lei nº 14.133/2021**, podendo ser prorrogado conforme disposto no **Decreto Municipal nº 2/2024**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000
CNPJ 01.607.627/0001-78

1.5. A opção pela utilização do **Sistema de Registro de Preços** se justifica por permitir **maior adequação entre a demanda e o fornecimento parcelado** dos materiais ao longo da vigência da ata. Além disso, a modalidade contribui para a **otimização do espaço físico**, permitindo a manutenção de estoques reduzidos, e **auxilia no planejamento orçamentário**, possibilitando a distribuição da aplicação dos recursos públicos ao longo do exercício financeiro.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação visa atender à demanda contínua de fornecimento de fraldas descartáveis a usuários acompanhados pela Secretaria de Saúde e pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), conforme previsto na **Constituição Federal (artigos 6º e 196)**, na **Lei nº 14.133/2021**, no **Decreto Municipal nº 1.124/2023** e nas **normas técnicas da ABNT: NBR 16611:2023** (fraldas descartáveis para adultos) e **NBR 9285:2019** (fraldas descartáveis infantis).

A necessidade da contratação é justificada pela:

- Garantia de **fornecimento regular de insumos essenciais** à população em situação de vulnerabilidade, incluindo idosos, pessoas com deficiência, pacientes acamados e crianças;
- Prevenção de agravos à saúde, como **infecções urinárias, dermatites e úlceras por pressão**;
- Continuidade das ações de cuidado e assistência, assegurando a **dignidade humana**;
- Aplicação **transparente e eficiente dos recursos públicos**, por meio de seleção criteriosa dos beneficiários e distribuição controlada pelo Fundo Municipal de Saúde e Farmácia Municipal;
- Promoção dos princípios constitucionais da **universalidade, equidade e integralidade** do SUS.

Dessa forma, a contratação é **essencial, de interesse público e indispensável à continuidade das políticas de saúde e assistência social** do município de Goioxim.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se detalhada em tópico específico do estudo técnico preliminar, apêndice deste termo de referência, consistindo no fornecimento e entrega dos medicamentos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

Dos Critérios de Sustentabilidade

4.1. Deverão ser adotadas todas as ações necessárias para que a contratação cause o menos dano possível ao meio ambiente, conforme medidas indicadas em tópico específico no Estudo Técnico Preliminar, como:

- a) Exigência de embalagens recicláveis ou de menor impacto ambiental.
- b) Condicionamento do descarte das fraldas usadas em conjunto com os resíduos sólidos urbanos, de acordo com as normas da ABNT e orientações da vigilância sanitária, evitando a contaminação do solo e de lençóis freáticos.
- c) Sensibilização das famílias e unidades educacionais/assistenciais sobre práticas adequadas de acondicionamento e descarte, minimizando riscos sanitários.

Da Indicação de Marcas ou Modelos (Art. 41, inciso I, "d", da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação, faz-se necessária a indicação de marcas e especificações de referência para determinados itens, com a finalidade de assegurar a qualidade dos produtos a serem adquiridos. identificação das marcas serve como parâmetro técnico para que as empresas participantes compreendam, de forma clara, quais características mínimas são exigidas, permitindo o fornecimento de produtos equivalentes em qualidade.

Da Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto.

Do Orçamento Sigiloso

4.4. Não será adotado o orçamento sigiloso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000
CNPJ 01.607.627/0001-78

Da Garantia da Contratação

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei nº 14.133/2021)

5.1. Condições de Entrega

O prazo de entrega dos itens é de até **05 (cinco) dias úteis** após a data de recebimento da **Ordem de Fornecimento**, contados a partir do primeiro dia útil após o envio da Autorização de Fornecimento. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá **comunicar as razões com pelo menos 03 (três) dias de antecedência**, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de **caso fortuito ou força maior**. Os itens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Rua Laurindo Cordeiro de Souza, nº 243, Centro, Goioxim – PR**.

A partir da entrega dos produtos, o **Fiscal do Contrato** terá um prazo de **02 (dois) dias úteis** para conferência da Nota Fiscal, verificação da **data de validade dos produtos**, conferência da **quantidade entregue** e verificação da **conformidade dos produtos** com o solicitado na Nota de Empenho.

Os produtos poderão ser **rejeitados, no todo ou em parte**, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser **substituídos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis** a contar da notificação da contratada, **às suas custas**, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis. Em caso de **avaria, quebra ou extravio** do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser **devidamente repostado**, sem qualquer ônus adicional para a Prefeitura, cumprindo o prazo previsto neste Termo de Referência para a conclusão da entrega.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A ata de registro de preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução contratual, o prazo de entrega será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante anotação em apostila contratual.

6.3. A Administração poderá convocar representante da empresa contratada para a adoção de providências que exijam cumprimento imediato.

6.4. A execução do objeto e do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor designado como fiscal de contrato, nos termos da legislação vigente.

6.5. Os fiscais acompanharão a execução contratual conforme a solicitação de cada secretaria envolvida, em especial da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do Decreto Municipal nº 02/2024, a fim de assegurar o cumprimento das obrigações contratuais e os melhores resultados à Administração.

6.6. Caberá ao fiscal do contrato deliberar sobre pedidos de prorrogação de prazo para entrega dos bens, conforme previsto no Decreto Municipal nº 02/2024.

6.7. Ocorrências que possam inviabilizar ou comprometer a execução do contrato nos prazos estabelecidos deverão ser comunicadas de imediato pelo fiscal ao gestor do contrato.

6.8. O fiscal também deverá informar ao gestor do contrato, com antecedência mínima razoável, a proximidade do término da vigência contratual, para fins de avaliação quanto à eventual necessidade de prorrogação, renovação ou nova contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000
CNPJ 01.607.627/0001-78

6.9. No caso de descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal atuará de forma tempestiva na busca de solução, e, quando a situação extrapolar sua competência, deverá reportar imediatamente ao gestor do contrato, para que sejam adotadas as providências legais cabíveis.

6.10. O gestor do contrato será o Secretário Municipal de Saúde, Sr. Jairo de Souza Guimarães, ou quem vier a substituí-lo formalmente, cabendo-lhe a função de gerenciar a execução do contrato desde sua formalização até a conclusão, conforme dispõe o Art. 8º do Decreto Municipal nº 02/2024. Sendo o fiscal da Ata o Senhor GILSON KRISIAKI – Farmacêutico Municipal;

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h”, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem penalidade mais grave.

Multas

- **Moratória**, para as infrações da alínea “d”, de 1% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;
- **Moratória** de 0,07% por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2%, pela inobservância do prazo para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- Atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a extinguir o contrato por descumprimento ou cumprimento irregular, conforme art. 137, I, da Lei nº 14.133/2021;
- **Compensatória**, para infrações das alíneas “e” a “h”, de 1% a 10% do valor da contratação;
- **Compensatória**, para inexecução total do contrato (alínea “c”), de 0,5% a 5% do valor da contratação;
- **Compensatória**, para a infração da alínea “b”, de 0,5% a 3% do valor da contratação;
- **Compensatória**, em substituição à multa moratória para a infração da alínea “d”, de 0,5% a 3% do valor da contratação;
- **Compensatória**, para a infração da alínea “a”, de 0,5% a 3% do valor da contratação.

A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante. Todas as sanções podem ser aplicadas cumulativamente com a multa. Será assegurado o contraditório e ampla defesa, conforme art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

Outros critérios e procedimentos, incluindo **publicidade das sanções, reabilitação, desconsideração da personalidade jurídica**, e aplicação de penalidades em conjunto com atos tipificados na Lei nº 12.846/2013, estão detalhados nos parágrafos do Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000
CNPJ 01.607.627/0001-78

8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

Recebimento

- Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato;
- Bens em desacordo com as especificações poderão ser rejeitados e substituídos em até 05 dias;
- Recebimento definitivo em até 30 dias úteis após verificação de qualidade e quantidade; prazo prorrogável por igual período, se necessário;
- Em caso de controvérsia sobre execução do objeto, a nota fiscal será emitida referente à parcela incontroversa;
- O recebimento não exclui responsabilidade civil e ética-profissional do contratado.

Liquidação

- A nota fiscal será liquidada em até 10 dias úteis, prorrogáveis por igual período, conforme art. 7º, §3º, da IN SEGES/ME nº 77/2022;
- Setor competente verificará elementos essenciais da nota fiscal (valores, datas, dados do contrato, período de execução, retenções tributárias);
- Correção de erros na nota suspende prazo de liquidação até regularização pelo contratado;
- Regularidade fiscal deve ser comprovada no ato da liquidação;
- Consultas serão feitas no SICAF para verificar habilitação e impedimentos legais;
- Persistindo irregularidade, poderão ser adotadas medidas de rescisão, assegurada ampla defesa.

Prazo de pagamento

- Até 30 dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa;
- Valores atrasados serão atualizados pelo INPC;
- Pagamento via ordem bancária; data considerada a da emissão da ordem;
- Retenção tributária conforme legislação aplicável; optantes do Simples Nacional estarão isentos de retenção nos tributos abrangidos pelo regime, mediante comprovação;
- Não haverá antecipação de pagamento.

Cessão de crédito

- Permitida a cessão fiduciária com instituição financeira; cessão não fiduciária depende de aprovação prévia do contratante;
- Eficácia condicionada à celebração de termo aditivo;
- Obrigações contratuais do contratado permanecem, incluindo responsabilidade por multas, glosas e prejuízos à Administração.

Reajuste

- Preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no primeiro ano;
- Após 1 ano, reajuste pelo índice IPCA, exclusivamente para obrigações iniciadas e concluídas após a anualidade;
- Reajustes subsequentes terão interregno mínimo de 1 ano, a contar do último reajuste;
- Em caso de extinção do índice, será adotado índice legal ou definido em acordo entre as partes;
- Reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, adotando o sistema **REGISTRO DE PREÇOS**, através do modo **ABERTO**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000
CNPJ 01.607.627/0001-78

Os produtos ofertados em desacordo com as características mínimas exigidas serão automaticamente desclassificados, passando para o segundo classificado e assim sucessivamente

Forma de fornecimento

Como se trata de registro de preços, a forma de fornecimento será fracionada, de acordo com a necessidade das secretarias.

Exigências de habilitação

9.2. Para fins de habilitação, entre outros documentos que poderão ser exigidos no edital da licitação, o licitante deverá comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- g) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- h) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000
CNPJ 01.607.627/0001-78

- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; quando for o caso;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de falência e Concordata expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II), em data não anterior a 90 dias da abertura da sessão;
- b) Balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício, relativamente aos **dois últimos** exercícios sociais, registrados no órgão competente.
 - a. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura

Habilitação Técnica

- a) Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação, de que não emprega menor de dezoito anos, e outras, conforme modelo a ser disponibilizado com edital.
- b) Licença sanitária municipal ou estadual compatível com o objeto da licitação.
- c) Autorização de Funcionamento (AFE), emitido pelo Ministério da Saúde (ANVISA)
- d) Prova de registro regular no Conselho Regional de Farmácia (CRF).
- e) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, comprovando que a licitante executou de forma satisfatória objeto compatível em características, quantidades e prazos com os objetos da presente licitação.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 76.724,08**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

11.1. As despesas decorrentes desta contratação serão cobertas pelos créditos orçamentários consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025, nas seguintes dotações:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	1640	08.001.10.305.0006.2036	00489	3.3.90.30.00.00	Do Exercício



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000
CNPJ 01.607.627/0001-78

2025	1460	08.001.10.301.0006.2035	00303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
------	------	-------------------------	-------	-----------------	--------------

11.2. Caso a contratação seja realizada em exercícios posteriores a 2025, as despesas serão cobertas pelos créditos orçamentários consignados nas respectivas Leis Orçamentárias Anuais, nas dotações correspondentes.

Goioxim, criado em 22 de outubro de 2025, e atualizado em 06 de novembro de 2025.

Datado e assinado digitalmente pelos Secretários requisitantes:

